



# Governo não exclui impor igualdade de género às empresas da bolsa

Associação defende que não deve haver obrigatoriedade. Directiva europeia aponta para 33% de mulheres nos conselhos de administração. Estudo mostra que maior disparidade se verifica no sector das finanças

## Mulheres Camilo Soldado

Depois de o anterior executivo ter celebrado um acordo com 13 das empresas cotadas portuguesas para atingir uma quota de 30% mulheres nos assentos dos conselhos de administração até 2018, o recém-empossado Governo socialista está a analisar a melhor forma de atingir as metas propostas pela Comissão Europeia. A secretária de Estado da Cidadania e Igualdade, Catarina Marcelino, não afasta a hipótese de introduzir legislação que permita alcançar as metas comunitárias em matéria de igualdade de género.

Em discussão na reunião de ontem do Conselho de Emprego e Política Social, em Bruxelas, esteve a directiva sobre a representação das mulheres nos conselhos de administração das firmas cotadas, que tem como objectivo aumentar essa presença para 40% dos lugares não executivos ou 33% de todos os lugares até 2020.

Com o intuito de aumentar participação do "sexo sub-representado" nestes lugares, Catarina Marcelino vê a quota de 33% como "o valor mínimo para influenciar as decisões", admitindo que têm de ser dados às empresas prazos para que a medida seja implementada. Realçando que o debate passará pela concertação social, a secretária de Estado refere a possibilidade de avançar com normas que obriguem as empresas cotadas a adoptar os 33%. Apesar de assumir que legislar esta matéria "não é a única forma de alcançar este objectivo", a governante salienta que a medida pode servir como "motor" para alterar a conjuntura.

Opinião contrária tem o director executivo da Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado, Abel Ferreira, que defende que não deve haver uma imposição. O problema, considera, é que nem todas as cotadas têm a mesma dimensão nem as mesmas condições para implementar as medidas ao mesmo ritmo. Apesar disso, considera as metas propostas na directiva europeia "razoáveis" e "possíveis de alcançar".

Em 2014, na União Europeia, as mulheres ocupavam em média cerca de 20% dos lugares dos conselhos de



No mundo da finança, apenas um em cada 25 cargos de topo é exercido por mulheres

administração, mas em Portugal esse indicador não passava dos 9%. Considerando que a imposição apenas iria "resolver artificialmente" o problema, Abel Ferreira refere que uma "solução equilibrada" passaria por introduzir a medida no Código de Governo das Sociedades da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). Esse passo faria com que as empresas que não aumentassem a percentagem de mulheres nos conselhos de administração tivessem "a oportunidade de se explicar de forma pública", argumenta.

### Desproporção nas finanças

Bancos centrais, ministérios das Finanças e também grandes empresas cotadas estão entre as organizações onde a desigualdade de género em funções de liderança é maior, conclui o estudo *Igualdade de Género no Poder e nas Tomadas de Decisão*, divulgado pelo Instituto Europeu para a

Igualdade de Género (EIGE, na sigla inglesa). No mundo da finança, apenas um em cada 25 cargos de topo é exercido por mulheres, uma disparidade bem superior à da esfera política, onde um terço dos cargos já é desempenhado por elas.

O relatório observa que, ao contrário da política – onde se tem vindo a registar progresso –, no mundo financeiro os avanços têm sido "quase inexistentes". Tal como noutras instituições europeias, esta desproporção está bem patente na liderança dos 28 bancos centrais da União, onde entre 2003 e 2014 só Chipre, Dinamarca e Finlândia nomearam uma governadora em vez de um governador.

Passando das entidades públicas para as organizações privadas, as diferenças não se esbatem significativamente, com o EIGE a calcular que, entre as maiores cotadas europeias, só 4% tiveram, no mesmo período, mulheres como presidentes execu-

tivas. Ainda assim, registou-se uma melhoria no que toca à representação nos conselhos de administração, já que se passou de 9% em 2003 para 20% em 2014. O instituto comunitário aponta os processos de recrutamento e as práticas de promoção influenciadas pelo género numa cultura empresarial masculina como causas da relutância em designar mulheres para estes cargos.

O "maior sucesso relativo" da representação das mulheres em cargos públicos por oposição ao mundo empresarial é explicado por maior pressão política e da sociedade civil. Se em 2003 a média da representação feminina nos parlamentos dos países da União Europeia era de 22%, esta percentagem aumentou para 28% pouco mais de uma década depois.

Para esta ascensão contribuíram iniciativas de carácter legislativo, como a mudança da lei eleitoral portuguesa em 2006, refere o estudo, que

estipula que o género sub-representado preenchesse pelo menos 33% das listas candidatas a eleições, sancionando o incumprimento desta norma. Depois da sua implementação, a representação das mulheres no Parlamento nacional passou de 21% para 27% em 2009, tendo atingido uma quota de 33% nas últimas legislativas.

A manutenção de estereótipos nos papéis desempenhados permanece, porém. No que toca a funções governativas, aos homens são mais vezes atribuídas pastas como Justiça, Defesa e Negócios Estrangeiros, enquanto as mulheres assumem mais recorrentemente ministérios como os da Educação, Saúde e Cultura.

Em relação a Portugal, o documento dá conta ainda da "ausência virtual" do sexo feminino em posições de topo no aparelho judicial, tal como de resto acontece em Espanha e no Reino Unido.